



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO - DEDC I
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

SILVIO ROBERTO SAMPAIO FONSECA

**OS DESAFIOS DO ENSINO REMOTO EM TEMPOS DE PANDEMIA COVID-19 NA
UNEB: IMPRESSÕES VIVENCIADAS NO DEDC I**

SALVADOR – BA

2024

SILVIO ROBERTO SAMPAIO FONSECA

**OS DESAFIOS DO ENSINO REMOTO EM TEMPOS DE PANDEMIA COVID-19 NA
UNEB: IMPRESSÕES VIVENCIADAS NO DEDC I**

Monografia apresentada ao curso de Pedagogia,
como requisito parcial para a obtenção do título de
Licenciado, Departamento de Educação Campus I,
da Universidade do Estado da Bahia.

Orientador(a): Prof^a Dr^a Iêda Rodrigues da Silva
Balogh

SALVADOR – BA

2024

SILVIO ROBERTO SAMPAIO FONSECA

**OS DESAFIOS DO ENSINO REMOTO EM TEMPOS DE PANDEMIA COVID-19 NA
UNEB: IMPRESSÕES VIVENCIADAS NO DEDC I**

Monografia submetida à aprovação da Banca Examinadora, como requisito para conclusão da Graduação Licenciatura em Pedagogia, do Departamento de Educação Campus I, na Universidade do Estado da Bahia.

Aprovada em:/...../.....

Banca Examinadora:

Profª Drª Iêda Rodrigues da Silva Balogh - Orientadora
Universidade do Estado da Bahia

Profª Dr Valdélio Santos Silva
Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Cláudia Silva de Santana
Universidade do Estado da Bahia

RESUMO

Este estudo é sobre o Ensino Remoto Emergencial (ERE) adotado pela Universidade do Estado da Bahia durante o período da Pandemia COVID-19. Questiona-se como se deu o enfrentamento via ensino remoto durante a pandemia e suas implicações na formação de estudantes formandos no ensino superior no Departamento de Educação I da Universidade do Estado da Bahia? A pesquisa busca compreender como a UNEB, se adaptou a nova realidade e quais foram os principais obstáculos enfrentados pelos alunos e professores durante esse período. Além de analisar os desafios do ensino remoto emergencial na formação discente no ensino superior durante a pandemia de COVID-19, identificando os principais obstáculos enfrentados pelos alunos e professores. É um estudo qualitativo, de cunho bibliográfico e documental considerando a natureza do objeto. O estudo apontou que a rápida transição para o ERE gerou uma sobrecarga de trabalho significativa para os professores e estudantes, que tiveram que adaptar suas práticas pedagógicas e aprender a utilizar novas ferramentas digitais em um curto espaço de tempo. Além disso, a ausência de interação presencial afetou negativamente o engajamento e a motivação dos alunos, destacando a importância do contato face a face para um ambiente de aprendizagem colaborativo.

Palavras-chave: Ensino Remoto Emergencial; Pandemia COVID-19; Ensino Superior.

ABSTRACT

This study is about the Emergency Remote Teaching (ERE) adopted by the State University of Bahia during the period of the COVID-19 Pandemic. The question arises as to how remote teaching was tackled during the pandemic and its implications for the training of students graduating in higher education at the Department of Education I of the State University of Bahia? The research seeks to understand how UNEB adapted to the new reality and what were the main obstacles faced by students and teachers during this period. In addition to analyzing the challenges of emergency remote teaching in student training in higher education during the COVID-19 pandemic, identifying the main obstacles faced by students and teachers. It is a qualitative, bibliographic and documentary study considering the nature of the object. The study pointed out that the rapid transition to ERE generated a significant workload for teachers and students, who had to adapt their pedagogical practices and learn to use new digital tools in a short space of time. Furthermore, the absence of face-to-face interaction negatively affected student engagement and motivation, highlighting the importance of face-to-face contact for a collaborative learning environment.

Keywords: Emergency Remote Teaching; COVID-19 pandemic; University education.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	07
2	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	09
3	EDUCAÇÃO E TECNOLOGIA	11
3.1	A TECNOLOGIA E O PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM	13
4	O PAPEL DA EDUCAÇÃO E PANDEMIA NO BRASIL	17
4.1	O TRABALHO DOCENTE NA PANDEMIA	18
4.2	TECNOLOGIA EM TEMPOS DE PANDEMIA: PERSPECTIVA EDUCACIONAL	19
5	REFLEXÕES SOBRE A MEDIAÇÃO TECNOLÓGICA NO PERÍODO PANDEMICO NO DEDC I - UNEB	26
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	33
	REFERÊNCIAS	36
	ANEXOS	40

1 INTRODUÇÃO

O ano de 2020 marcou o início de um dos períodos mais desafiadores para a educação global devido à pandemia de COVID-19. Com a disseminação rápida do vírus, medidas de distanciamento social e isolamento foram impostas em diversos países, levando ao fechamento temporário das instituições de ensino. Em resposta a essa crise, o Ensino Remoto Emergencial (ERE) foi implementado como uma solução para garantir a continuidade das atividades acadêmicas. Esta transição abrupta para o ERE trouxe à tona uma série de desafios e oportunidades que afetaram tanto os estudantes quanto os docentes do ensino superior.

A integração da tecnologia na educação não é um conceito novo, mas a pandemia acelerou significativamente esse processo. A tecnologia, vista como uma ferramenta crucial para a melhoria do processo educacional, teve seu papel redefinido e ampliado. Segundo Silva e Felício (2017), a tecnologia deve ser vista como uma ferramenta oportuna de possibilidades construtivas do conhecimento, contribuindo para uma melhor eficiência do processo educacional. No entanto, a implementação do ERE evidenciou as desigualdades existentes no acesso à tecnologia e na formação tecnológica dos docentes e discentes.

O ensino remoto emergencial exigiu uma adaptação rápida por parte das instituições de ensino, que tiveram que desenvolver e implementar novas metodologias de ensino em um curto espaço de tempo. Costa et al. (2015) discutem a complexidade da integração tecnológica no ensino, ressaltando que a comunicação através da linguagem falada se torna dependente de ferramentas e máquinas. Neste contexto, a capacidade de adaptação e a familiaridade com as tecnologias digitais tornaram-se fatores determinantes para a continuidade do processo de ensino-aprendizagem.

A pandemia evidenciou a necessidade de se repensar as práticas pedagógicas e a estrutura do sistema educacional. Segundo Moreira (2014), a tecnologia está presente em vários ambientes e locais do dia a dia, e na área educacional, ela se torna cada vez mais forte e presente. Entretanto, a transição para o ERE não foi uniforme, e muitos professores encontraram dificuldades

significativas em alcançar seus alunos devido à falta de preparo tecnológico e de infraestrutura adequada.

Este estudo questiona como se deu o enfrentamento via ensino remoto durante a pandemia e suas implicações na formação de estudantes formandos no ensino superior no Departamento de Educação I da Universidade do Estado da Bahia? A pesquisa busca compreender como a UNEB, se adaptou a nova realidade e quais foram os principais obstáculos enfrentados pelos alunos e professores durante esse período. Mais especificamente, analisar os desafios do ensino remoto emergencial na formação discente no ensino superior durante a pandemia de COVID-19; identificar os principais obstáculos enfrentados pelos alunos e professores; avaliar o impacto da falta de infraestrutura tecnológica na aprendizagem desses estudantes.

Sabemos que as consequências da ausência de interação presencial no engajamento dos alunos representa um dos entraves para resultados satisfatórios, e a implementação do ensino remoto emergencial, apesar de necessária, exacerbou as desigualdades educacionais e trouxe desafios significativos para a qualidade do ensino. Essa rápida transição para o ERE gerou uma sobrecarga de trabalho para os professores e estudantes afetando negativamente o engajamento e a motivação dos alunos.

A seguir evidenciaremos a metodologia utilizada para construção desse trabalho e as nossas reflexões teóricas e vivenciadas. Discutimos a relação entre educação e tecnologia, abordando a importância da integração tecnológica no processo de ensino- aprendizagem e impacto da pandemia na educação no Brasil de forma mais geral, com foco nas ações implementadas.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta seção informa a metodologia adotada para investigar os desafios do ensino remoto emergencial na formação discente no ensino superior durante a pandemia de COVID-19.

A pesquisa realizada foi de abordagem qualitativa, que para Lucke e André (1986), pesquisa qualitativa “envolve a obtenção de dados descritivos, obtidos no contato direto do pesquisador com a situação estudada, enfatiza mais o processo do que o produto e se preocupa em retratar a perspectiva dos participantes” (LUCKE; ANDRÉ, 1986, p.13). Complementando com Minayo (2004), que nos diz que a pesquisa qualitativa “[...] trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos a operacionalização de variáveis. (MINAYO, 2004, p. 21).

Essa modalidade de pesquisa quer dizer que o interesse do pesquisador não está voltado em quantificar um fato, mas sim na qualidade em que elas se apresentam (MINAYO, 1994), ou seja, como as coisas acontecem.

O período correspondente ao estudo foi de 2020.1 até 2022.2, portanto, período crucial da pandemia COVID-19 e o retorno gradual das atividades presenciais.

Realizamos inicialmente um estudo bibliográfico, desenvolvido com base em material já elaborado, livros e artigos científicos que permite ao investigador, a cobertura de uma gama de fenômenos mais amplo do que aquela que poderia pesquisar diretamente. Essa fase consiste na revisão da literatura relacionada à temática abordada, em meios físicos e sites da internet. A pesquisa bibliográfica é aquela que se realiza decorrente de pesquisas anteriores, utiliza-se de dados onde categorias teóricas já trabalhados por outros pesquisadores e devidamente registrados (Severino, 2007, p.103). Ou seja, o pesquisador trabalha a partir das contribuições dos estudos de outros autores.

Após a realização do estudo bibliográfico, procedemos a pesquisa documental, realizado em fontes que deram subsídios para conhecer um pouco os desdobramentos que a universidade adotou fundamentada em documentos formais.

O Método de análise dos documentos consultados foi a Análise de Conteúdo. Para Severino (2007, p.105) “é uma metodologia de tratamento das informações

consultadas de um documento, sob forma de discursos pronunciados em diferentes linguagens: escritos, orais, imagens, gestos”.

Segundo Severino (2007, p.108): “é a técnica de identificação, levantamento, exploração de documentos fontes do objeto pesquisado e registro das informações retiradas nessas fontes e que serão utilizadas no desenvolvimento do trabalho”.

As informações foram coletadas, organizadas e procedemos a leitura e interpretação do material bibliográfico e documental para produção do texto reflexivo e acrescentamos as minhas reflexões desse processo que experienciei no período em estudo.

Os procedimentos de análise seguiram uma estrutura sistemática. Primeiramente, realizou-se uma leitura preliminar das fontes para identificar os temas principais relacionados ao ensino remoto. A análise de conteúdo foi a técnica principal utilizada para interpretar os dados coletados. Este método permitiu identificar padrões e temas recorrentes nas fontes analisadas, proporcionando uma compreensão aprofundada das experiências e percepções dos envolvidos. A análise foi conduzida em várias etapas, começando com a leitura flutuante do material, seguida pela codificação, agrupamento de categorias e, finalmente, a interpretação dos dados à luz dos objetivos da pesquisa e da literatura revisada.

A pesquisa bibliográfica possui algumas limitações, como a dependência de fontes secundárias, que podem não refletir todas as nuances das experiências individuais dos participantes. No entanto, a utilização de múltiplas fontes e uma metodologia rigorosa de análise de conteúdo ajudam a mitigar essas limitações, fornecendo uma visão abrangente e fundamentada dos desafios do ensino remoto emergencial.

3 EDUCAÇÃO E TECNOLOGIA

É necessário que se tenha um esforço cada vez maior para que aconteça a inserção da tecnologia no ambiente escolar, ofertando possibilidades de melhoria dos educandos e educadores. A tecnologia deve ser vista como uma ferramenta oportuna de possibilidades construtivas do conhecimento, devendo a escola se apropriar desses avanços tecnológicos de forma a contribuir para uma melhor eficiência do processo educacional (SILVA; FELICIO, 2017).

Costa et al. (2015) abordam a sistemática conceitual sobre a tecnologia: As características peculiares das expressões de rara inventividade de manifestações, como o fato da comunicação através da linguagem falada, se tornam dependente de ferramentas e máquinas.

Silva e Felicio (2017) afirmam que a espécie humana se diferencia dos demais seres vivos pela sua capacidade de desenvolver ferramentas, técnicas e tecnologias instrumentais, linguagens simbólicas e métodos de organização. Vista então que de uma maneira mais ampla, a tecnologia não é considerada somente uma ferramenta ou equipamento acerca do mundo atual. É a sociedade atual que implica esse novo comportamento tecnológico, através das possibilidades de comunicação e informação difundidas através de diversos recursos como computador.

A presença de tais elementos considerados como uma caracterização da sociedade tecnológica. A autora então traz uma redução dessa visão na medida que a sociedade já está tecnológica desconsiderando as eras passadas. As tecnologias estão próximas e presentes de um modo que já nem percebemos, está naturalmente inserida na rotina do ser humano. Tecnologias que resultam em utensílios industrializados e planejamentos construídos para realizar tarefas fundamentais para a sobrevivência (KENSKI, 2013)

Kenski (2013) então diferencia a tecnologia como um “conjunto de conhecimentos e princípios científicos aplicando-se ao planejamento da construção e a utilização em um determinado tipo de atividade”, assim a tecnologia passa a ser as ferramentas e técnicas que respondem aos usos que se determinam na época.

Silva e Felicio (2017) já consideravam a tecnologia como um sentido amplo que os demais citados, onde não se inclui somente a física, mas a não física também, onde pode se encontrar os sistemas tecnológicos complexos, como as

usinas e sistemas de distribuição de água, com elementos soft como os horários de trabalhos, responsabilidade coletiva e organização dos colaboradores de uma organização. Ambas definições não consideram a tecnologia apenas como equipamento e ferramentas e sim formas de lidar com tais.

Silva (2022) acrescenta a esse debate que a tecnologia não é coisa e sim processo suspenso as diversas possibilidades. As tecnologias então podem ser concluídas como o uso do conhecimento, ferramentas e técnicas a favor do ser humano que adapta as tais para uma melhor desenvoltura e facilidade para suas tarefas diárias.

Ao incluir a tecnologia no processo da educação, a escola oferta e permite a democratização do acesso a todos que participam e estão inseridos na mesma, em principal aquele que não possuem contato com a tecnologia seja por falta de oportunidade ou recursos. Moreira (2014) traz que a tecnologia está presente em vários ambientes e locais do dia a dia, onde na área educacional se pode observar que está cada vez mais forte e presente. Os alunos em sua grande maioria, estão se tornando mais modernos e procuram então agregar seus conhecimentos a estas novas atualidades, como tablets, celulares e outros.

A princípio a missão do computador foi de simplificar tarefas, e tudo começou na Inglaterra em 1822 quando Charles Babbage professor de matemática da Universidade de Cambridge na Inglaterra projetou um aparelho capaz de realizar operações aritméticas, chamado máquina da diferença (MOREIRA, 2014).

Diante a modernidade tecnológica aumentando até os dias atuais, alguns professores encontraram algumas dificuldades em alcançar seus alunos nessa modernização. Com relação ao panorama da educação atual, a internet e a computação são as primeiras fontes tecnológicas utilizadas pelos professores para o bom desenvolvimento do conhecimento do aluno, o professor que não consegue lidar com essas duas tecnologias está fadado ao fracasso em sua sala de aula (MOREIRA, 2014).

Hiller (2014) afirma que na era inicial da tecnologia o Banco Bradesco foi a primeira empresa a ofertar o acesso grátis da internet, e hoje a tal se instala

em todos os segmentos em várias formas sendo muito usadas pelos alunos, como as redes sociais, e-mails e outros.

Ensinar a condição humana é compreender que o homem é um ser que tem uma condição física, biológica, psíquica, cultural, social e histórica. É necessário reconhecermos a unidade e a complexidade humana reunindo e organizando conhecimento dispersos nas ciências (DIESEL; MATOS, 2019).

A educação tecnológica deve ser então uma nova forma prática onde o professor deve obter algumas condições necessárias para que possa repassar ao aluno. Atualmente os professores têm obrigatoriedade em saber usar os métodos tecnológicos dentro da sala de aula, onde os alunos estão cada vez mais modernos, tecnológicos e os educadores precisam se apropriar de tal ao seu favor no âmbito escolar, em principal na sala de aula.

3.1 A TECNOLOGIA E O PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM

Amparado por lei, o uso de diferentes mídias como processo da dinamização da aprendizagem e construção do saber, faz parte das diretrizes curriculares, que aponta a necessidade da análise das tecnologias em sala de aula, onde não somente as escolas que ofertam e sim com o uso dos alunos dentro e fora do ambiente escolar. Compreende-se e por tecnologia educacional o conjunto de técnicas onde aplicados juntamente com os meios digitais e ferramentas de apoio possibilitam a transformação de forma metódica do ensinar (ROLANDO et al., 2015).

Quando se pensa em tecnologia aplicada na sala de aula toma-se a ideia dos estudos de tecnologia de informação e comunicação. Considera-se os estudos em relação ao uso da tecnologia dentro do ambiente escolar abordando as tecnologias de informação e comunicação como sendo quadros digitais, computadores, e outras ferramentas, que não são acessíveis a todas as escolas. As novas tecnologias surgem conforme a necessidade de especialização do saber através de um modelo novo surge a educação e assim desenvolve um conjunto de atividades com interesses pedagógicos.

Os professores dentro do contexto de mudança precisam então orientar seus alunos sobre como e onde coletar as informações ensinando-os as práticas de pesquisa, que permitem ser um instrumento importante para o desenvolvimento da compreensão e explicação social.

Os educandos precisam de orientações e acompanhamento para que possam aprender a pesquisar, transformando as informações coletadas em associação a tecnologia possuindo a reflexão e a compreensão dos acontecimentos em sociedade. Juntamente com as escolas, os professores precisam enfrentar o desafio de incorporar as novas tecnologias em forma de conteúdo de aprendizagem onde além da preparação do aluno para a pesquisa, precisam auxiliá-los a pensar, resolver e compreender os problemas e alterações que acontecem ao seu redor.

Os professores precisam sempre estar atentos às tecnologias trazidas para sala através dos alunos, onde a maioria porta celulares e aparelhos de jogos. Os educadores precisam desenvolver tais aparelhos tecnológicos ao seu favor e do conteúdo, onde a maioria desses alunos já possuem acesso à internet, o que pode ser usado nas tarefas de casa como pesquisa.

A educação possui relação com a tecnologia onde pressupõe que exista uma discussão dos seus preceitos perante o desenvolvimento curricular e formação adequada dos professores, assim também abrange a exploração de novas formas de aprendizagem (ROLANDO et al., 2015).

As tecnologias usadas pelos professores na sala de aula podem ajudar a estabelecer um elo entre o conhecimento e o cotidiano dos alunos, percorrendo momentos de transição de experiência entre escola e vida externa a esta. Santos (2015) classifica que a um novo aliado ao professor em sala é a TV, pendrive que permite ser usada de diversas formas e fazem parte da maioria da rotina dos alunos, onde pode ser usada para transpassar os conteúdos selecionados com uma ampla visão.

Nas escolas estaduais, essa ferramenta, TV-pendrive, tem ganhado muito espaço, onde os alunos ficam condicionados a ver e ouvir mais de uma forma mais ampla, com qualidade melhor tanto de som quanto de imagem, onde chega-se a comparar a TV com o cinema onde dentro de uma sala é comum a euforia causada por algo novo (SANTOS, 2015).

As ferramentas usadas em sala tornam-se aliadas ao professor que permitem o uso de músicas, filmes, imagens e um trabalho dinâmico e mais interativo. Em

sala de aula, a maioria dos alunos possuem alguma tecnologia, onde se pode trabalhar com essas ferramentas em prol da aprendizagem. A escola pode se apropriar de muitos projetos internos, sem a adição de custos a mais para a escola ou governo, precisando esperar aprovação e verba. Em primeiro lugar é preciso conscientizar os alunos perante o uso das tecnologias que trazem para a sala de aula onde pode ser útil em alguns conteúdos aplicados. É pertinente a orientação onde dentro da sala de aula esses aparelhos não devem ser usados para a dispersão, como jogos e músicas.

Interessante seria a criação de oficinas e palestras perante o uso da tecnologia dentro da sala e até no ambiente externo, onde até que ponto a tecnologia pode ser benéfica, pode ser usada de forma positiva e a sua interferência na rotina, partindo para os malefícios. Outras formas o uso tecnológico dos próprios aparelhos ofertados pelos alunos, é separar um dia da semana onde os mesmos possuem aulas de pesquisas, paródias, trabalho com músicas, filmes e outras temáticas que envolvam tanto os alunos quanto a tecnologia.

É importante que o estudante saiba pesquisar e trabalhar aquilo que foi coletado de forma racional desenvolvendo uma visão reflexiva e crítica perante ao que lhe é apresentado onde o objetivo é proporcionar uma melhor compreensão dos conteúdos através da pesquisa. O educador deve incentivar a pesquisa e o uso dos recursos tecnológicos de modo científico para melhorar a compreensão e a explicação dos fenômenos sociais agindo como mediador entre ensino e aprendizagem (ROLANDO et al. 2015).

Compreende-se a pesquisa como sendo uma atividade básica da ciência na indagação e na construção da realidade, onde precisa sempre ser alimentada e atualizada, embora seja uma prática teórica, a mesma vincula o pensamento e a ação (AMADO, 2017).

Enfatiza-se a importância da pesquisa para uma construção mais científica da realidade cotidiana do aluno, contribuindo para a formação do seu pensamento e ações. Através dos meios tecnológicos, os alunos podem ofertar para a escola estímulos de quebra de barreiras agregando com suas ferramentas e pesquisas. Desta forma, eleva-se a importância de projetos escolares e educacionais tanto coletivos quanto individuais para a inclusão da tecnologia ofertada pelos alunos como ação mediadora do ensino e da aprendizagem, incentivando a pesquisa científica, formação de opiniões e críticas (AMADO, 2017).

4 O PAPEL DA EDUCAÇÃO E PANDEMIA NO BRASIL

O papel emancipatório que a educação deve desenvolver, igualitária e democrática em tempos de Pandemia ficou amplamente comprometido, considerando que os acontecimentos levaram dificuldades para o sistema econômico, que refletiu no mundo educacional. A superestrutura é um reflexo das práticas consolidadas no seio da sociedade, relacionadas ao bem material e econômico. (MELO, 2013).

Por esse ângulo, a sociedade civil se estrutura para produzir formas de desigualdade social, fundamentando-se em um sistema econômico capitalista cuja base econômica se organiza por meio da produção de bens como valores de troca, cujos princípios normativos das leis criadas pelo Estado se instituem a partir do trabalho assalariado.

Portanto, a base material real que condiciona a superestrutura e a regula faz com que todos os modos de atividade não econômica sejam entendidos como reflexos das relações de produção, pois condicionam o desenvolvimento da sociedade, além da política, cultura, dentre outros. Por meio do Estado, as instituições políticas têm suas ações e políticas direcionadas para atender ao capitalismo.

Entendemos que a política e o direito se caracterizam como uma criação social e histórica, cujo Estado institui ações a serem organizadas e executadas no seio da sociedade, sustentando os seus interesses. No Brasil, a realidade demonstra que as ações do Estado em relação à Pandemia do Covid – 19 se relacionaram aos interesses do arcabouço estatal que formaliza, organiza e operacionaliza os interesses sociais. A pandemia mudou muitas formas de estruturar a organização do trabalho pedagógico, repercutindo sobre as ações empreendidas durante ela ou conforme os resultados dessas atividades desenvolvidas no lar dos alunos.

A revolução informacional proporcionou ferramentas para o desenvolvimento de uma nova modalidade de trabalho, ou seja, as tecnologias da informação e comunicação junto à globalização desencadearam uma revolução nas relações humanas, com repercussões em diversas áreas como na economia, na ciência, na educação e no mundo do trabalho. No cerne dessa questão, existe o risco de precarização sobre o trabalho docente, com “intensificação do trabalho” (DAL

ROSSO, 2008), tendo em vista que trabalhando na esfera privada de casa e objetivando garantir a empregabilidade, muitos professores tiveram que associar as tarefas domésticas com o uso de plataformas digitais, blogs, *sites*, grupos de aplicativos, canais de vídeos, elaborar tarefas e produzir vídeo aulas, além de atender à chefia imediata, as famílias.

4.1 O TRABALHO DOCENTE NA PANDEMIA

A motivação é o processo responsável pela intensidade, direção e persistência dos esforços de uma pessoa para alcançar sua meta. A intensidade refere-se ao esforço que a pessoa despende, sendo um dos elementos que mais nos referimos quando comentados sobre motivação. Observa-se, contudo, que durante o período de pandemia, a grande maioria dos docentes, tiveram grandes sobrecargas, principalmente em relação a utilização das tecnologias que deveriam ser utilizadas e que se fizeram pertinentes diante da necessidade de dar continuidade às aulas para que o processo de ensino-aprendizagem não se perdesse.

Segundo Chiavenato (2005), a motivação é o desejo de exercer altos níveis de esforços em direção a determinados objetivos organizacionais, condicionados pela capacidade de satisfazer objetivos individuais. A motivação existe dentro das pessoas e se desenvolvem através das necessidades humanas. Todas as pessoas têm necessidades próprias, que podem ser chamadas de desejos, aspirações, objetivos individuais ou motivos. Necessidades de certa forma são basicamente semelhantes quanto a maneira pela qual fazem as pessoas organizarem seu comportamento para obter sucesso.

A transferência é um fenômeno que está presente na relação professor-aluno. O professor se torna objeto de transferência dos interesses de seus alunos, que lhe transferem as experiências vividas com seus pais. A transferência ocorre quando o desejo de saber do aluno se prende a pessoa do professor, isso devido à afetividade que surge da relação. O educador fica então carregado de uma importância especial que gera o poder, que ele tem sobre seus educandos.

Como Kupfer (1995) disse, de acordo com Freud a condição necessária para

que haja uma educação é o professor participar efetivamente da vida psíquica de seu aluno, estar ali para ser localizado como professor e exercer com parcimônia a influência sobre o aluno.

Neste sentido, observa-se que a pandemia fez com que muitas escolas interrompessem o ano letivo, e outras diminuíssem bruscamente as atividades, fazendo com que os alunos perdessem um pouco do elo professor e aluno, e ainda mais do ensino aprendizagem, causando danos que devem ser restaurados com o estabelecimento gradual pós pandemia. Além disso, aos professores ficou a questão e lidar com toda a tecnologia de um dia para outro, como forma de manter as aulas, ou seja, trouxe consigo uma certa sobrecarga mental. Se por um lado temos os professores sob está aspecto, há também os alunos, que ansiavam retornar aos estudos.

Por fim, não somente a área de educação sofreu com essa sobrecarga, pois quase toda a população sofreu com um cenário de pandemia, fazendo com que a comunidade médica se preocupasse em relação há uma epidemia paralela que afetasse a saúde mental da população brasileira. O aumento do sofrimento psicológico, dos sintomas psíquicos e dos transtornos mentais já dão indícios nesse período que foi marcado como o primeiro pico dos casos (FIOCRUZ, 2020).

4.2 TECNOLOGIA EM TEMPOS DE PANDEMIA: PERSPECTIVA EDUCACIONAL

Para associar o Projeto Política Pedagógico (PPP) com o ensino híbrido, visto que o mesmo é uma nova forma de atuar na área da educação, é preciso compreender o que é o ensino híbrido no Brasil. Assim, para os autores Bacich et al. (2015), o ensino considerado híbrido é aquele cujo a metodologia visa objetivar métodos de aprendizado online e presencial, considerada uma das maiores tendências de educação do século XXI.

É primordial que as instituições busquem apropriar-se de ferramentas online para que haja uma potencialização do ensino, no qual é dado a um processo contínuo de aprendizado trabalhando com métodos online e off-line (síncronos e assíncronos). O ensino híbrido é responsável então por captar o que existe de melhor em cada ambiente potencializando a experiência do ensino-aprendizagem

(BACICH; NETO e TREVISAN, 2015).

Camillo (2017) ressalta que o ensino híbrido, portanto, não é colocar computadores e novas tecnologias na frente dos alunos e sim aplicar técnicas e manter os alunos sob supervisão, mantendo o planejamento pedagógico e o alinhamento das questões políticas e pedagógicas da instituição com essa fórmula de ensino.

Pretto (2012) ressalta que a sociedade moderna é composta pelo meio digital, o que traz a internet uma forma de ser ferramenta e ser espaço social, ocorrendo interações entre os atores sociais que compartilham informações. Assim, nesse sentido, o processo de ensino e aprendizagem, principalmente no que tange às metodologias ativas como EAD – Educação a distância; sala invertida e ensino híbrido, ganham espaço, sendo consideradas uma forma de universalização de acesso ao conhecimento.

O cenário tecnológico exige novos hábitos, novas gestões do conhecimento, novas formas de conceber e armazenar o saber, originando as novas formas de simbolização e representação do conhecimento. A educação se direciona ao processo de desenvolvimento da capacidade física, intelectual e moral do indivíduo, onde busca a melhor integração individual e social. Para que aconteça a integração, é preciso que os conhecimentos, valores e hábitos sejam ensinados e aprendidos usando a educação para o ensino sobre as tecnologias onde estão na base da identidade da nova geração (KENSKI, 2012).

Os avanços tecnológicos permitem que os desafios da mudança no trabalho do educador estejam mais aflorados e em evidência, onde os alunos da nova geração trazem consigo informações de casa adquiridas pelo uso da televisão, celulares com acesso à internet e laptops, sendo necessária a organização dessas informações para que haja uma construção do conhecimento efetiva (KENSKI, 2012).

Os benefícios são notáveis perante o uso da tecnologia na educação, onde se encontra em grande foco de atenção, em principal sobre o uso pelos professores. Duas vertentes são encontradas nesse meio: os professores que buscam o conhecimento e o uso da tecnologia, onde se preparam para fazer uso das ferramentas em sala proporcionando novas formas de ensino e aprendizagem e aqueles que se sentem inseguros e hesitam pelo novo método. (ROSALES; MAGALINI, 2017).

A tecnologia aplicada em na sala de aula torna a ideia dos estudos de tecnologia de informação e comunicação. Considera-se as pesquisas diante o uso da tecnologia dentro do ambiente escolar abordando as tecnologias de informação e comunicação como sendo quadros digitais, computadores, e outras ferramentas, que não são acessíveis a todas as escolas. As novas tecnologias surgem conforme a necessidade de especialização do saber através de um modelo novo surge a educação e assim desenvolve um conjunto de atividades com interesses pedagógicos (LEOPOLDO, 2014).

Compreende-se que o Projeto Político Pedagógico norteia as práticas educacionais durante o ano letivo dessa forma, deve atender a cada pessoa ou grupo como um todo e ao mesmo tempo, abrangendo a realidade da escola e da comunidade que esta está inserida, assim é necessário que este documento esteja de acordo e em conformidade da aplicabilidade do ensino híbrido em prol de melhorias e do ensino.

Dessa forma, deve conter o plano de ação voltado ao ensino híbrido, estando em conformidade com as diretrizes pedagógicas, relacionando os envolvidos e os dados regionais sobre a aprendizagem e o contexto das famílias da comunidade que ali estão inseridas (VASCONCELLOS, 2014).

É importante ressaltar que para aplicar o ensino híbrido, o PPP deve estar alinhado a essa metodologia, porém não significa que o mesmo – o documento do PPP -, seja dito como uma forma de atuar para sempre. O mesmo deve ser revisto periodicamente permitindo que os membros responsáveis possam ajustar, fazer alterações conforme os resultados alcançados pelos alunos (VEIGA, 2012).

Delors (2015) aborda a sistemática conceitual sobre a tecnologia: As características peculiares das expressões de rara inventividade de manifestações, como o fato da comunicação através da linguagem falada, se tornam dependente de ferramentas e máquinas.

Sancho (2012) afirma que a espécie humana se diferencia dos demais seres vivos pela sua capacidade de desenvolver ferramentas, técnicas e tecnologias instrumentais, linguagens simbólicas e métodos de organização. Vista então que de uma maneira mais ampla, a tecnologia não é considerada somente uma ferramenta ou equipamento acerca do mundo atual. É a sociedade atual que implica esse novo comportamento tecnológico, através das possibilidades de comunicação e informação difundidas através de diversos recursos como computador.

Sacho (2012), já considerava a tecnologia como um sentido amplo que os demais citados, onde não se inclui somente a física, mas a não física também, onde pode se encontrar os sistemas tecnológicos complexos, como as usinas e sistemas de distribuição de água, com elementos soft como os horários de trabalhos, responsabilidade coletiva e organização dos colaboradores de uma organização. Ambas definições não consideram a tecnologia apenas como equipamento e ferramentas e sim formas de lidar com tais.

No ambiente educacional, a tecnologia atua em grande escala com foco na sua aceitação entre os alunos. Souza (2012), observa que as barreiras da sala de aula estão em processo de transformação, onde o processo de consulta no aprendizado na internet, está cada vez mais forte. De uma forma geral as novas tecnologias alteram o modelo de comunicação, onde permite uma interatividade maior, onde a informação é transmitida de uma forma universal quebrando barreiras onde o educador é quem irá reportar o conhecimento ao aluno.

Assim adota-se modelos de várias formas que integram as redes de conexão operacionais, pela troca de informações. O Programa Nacional de Tecnologia Educacional relata que se apropriando de um espaço virtual e interativo de pesquisa, os educadores poderão reduzir as barreiras das gerações entre eles e os alunos, se sentindo mais familiarizados com a tecnologia e o ambiente digital, onde grande parte dos alunos utilizam as ferramentas melhor que os professores. As escolas possuem laboratórios de informática e banda larga, onde o MEC e parcerias, qualificam os professores no uso dessas ferramentas.

Desta forma as grandes potências educacionais devem compreender que é preciso que se trabalhe em três componentes: infraestrutura, capacitação dos educadores e desenvolvimento de conteúdos digitais. Souza (2002), aborda que a escola possui um papel essencial na formação de cidadãos onde a instituição social que é a escola também agrega problemas que inviabilizam a concretização desse papel. Atualmente observa-se esta dificuldade complexa pelos fatos diversos da informação e comunicação, onde compreende-se que ao alterar-se a cultura social da escola o professor se torna mais completo e profissional.

De uma forma geral, se ouve muito na abordagem da necessidade da modernização no ambiente escolar de forma tecnológica para que se tenha o acompanhamento dos avanços ocorridos na sociedade. A implantação de tais recursos atualizados e informatizados na rede escolar difere de inúmeros pontos,

onde sendo a principal delas a preocupação de forma pedagógica do uso da ferramenta informatizada. Mesmo estando no século XXI com evoluções e modificações acontecendo todos os dias, ainda existe uma dificuldade na formação dos professores quanto aos processos de uma nova tecnologia aplicada em sala de aula, em ressaltado os educandos das escolas públicas que possuem uma maior dificuldade quanto aos recursos de aperfeiçoamento e acesso. (BIANCHINI, 2013).

A sociedade atual espera que haja um perfil inovador do corpo docente escolar, sendo este comprometido e aberto às mudanças. Muitos educadores sentem uma “aflição” e até vergonha perante ao uso das tecnologias atuais implantadas em sala de aula. Praticar o uso da tecnologia em sala, não é simplesmente o ato de colocar um computador e uma televisão multimídia à disposição dos professores e sim dar início ao processo com a capacitação do professor, respeitando seu tempo para compreender tal modernidade e o uso em sala de aula. (BIANCHINI, 2013).

É essencial que o educador esteja ciente e apto ao uso das tecnologias ofertadas em classe, e seja de seu conhecimento as possibilidades dos recursos tecnológicos como ferramentas auxiliares para o repasse de conhecimento e informação. A formação do professor é um fator essencial para que a escola possa melhorar a capacidade do cidadão, onde este o educador possa adotar na sua prática cotidiana uma postura que subsidie e estimule o professor no processo de reflexão pelo significado da comunicação na sociedade, incluindo o aprender das formas entre linguagem e tecnologia (CHIAPINNI, 2015).

Os alunos estão chegando às escolas inteiramente pronto para receber a informação da tecnologia, tendo até um conhecimento, mesmo que breve, sobre as tecnologias, deixando os professores para trás nesse quesito. Os professores ainda sentem alguns deslizes de domínio tecnológico onde tentam se assegurar no máximo, não revelando seus medos e dificuldades perante ao uso de computadores, sistemas informatizados e programas básicos. É preciso que ocorra uma mudança desse meio onde o não saber gera uma insegurança, descapacitado seu dom de ensinar (PETER, 2013).

5 REFLEXÕES SOBRE A MEDIAÇÃO TECNOLÓGICA NO PERÍODO PANDÊMICO NO DEDC I - UNEB

Com o caos implantado no mundo, o global e o local buscavam a mesma coisa: sobreviver, mas esta nova forma de estar no mundo demandou a criação de documentos que norteassem as ações. Nessa perspectiva, na Universidade do Estado da Bahia – UNEB não foi diferente, lembrando um pouco de como as coisas foram acontecendo nesse período, na condição de funcionário do Departamento de Educação e estudante da graduação do curso de Pedagogia, pude observar de perto a “novidade”, qual seja, estudar e trabalhar em casa.

Em 18 de março de 2020, diante do desconhecido e de muitas informações inverídicas que eram aventadas cotidianamente, tivemos as atividades suspensas na universidade. Fato esse que o que pensávamos que fosse durar uma ou duas semanas, estava se prolongando e era preciso imaginar uma nova forma de estar no mundo, mesmo estando recluso.

Como a perspectiva de retorno era cada vez mais distante, e com base em experiências que outras universidades vinham tomando, a UNEB através da Comissão Especial do Conselho Superior da Universidade do Estado da Bahia (CONSU), constituída pela Resolução CONSU nº 1.412/2020, elaborou um “DOCUMENTO REFERENCIAL PARA AS AÇÕES ACADÊMICAS DA UNEB FRENTE AO ESTADO DE CALAMIDADE PÚBLICA CAUSADO PELA COVID-19”.

Com o objetivo de ser um referencial orientar a Instituição sobre o desenvolver-se das atividades acadêmicas, considerando que o momento era excepcional, que os documentos que norteavam as ações antes desse momento, não davam conta da nova realidade e, ao mesmo tempo, ficando na expectativa de orientações internacionais da Organização Mundial de Saúde (OMS), para a situação do estado de Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional¹, inicialmente no que refere a prevenção e enfrentamento à COVID-19.

Esse documento trouxe princípios e diretrizes sobre a maneira como a universidade deveria gerir suas ações, considerando Decreto Estadual nº. 19.529, de 16 de março de 2020 que suspendeu as atividades presenciais na Educação Básica e Ensino Superior no Estado da Bahia e demais ações. No novo cenário, a busca foi incessante para criar estratégias institucionais para o período de pandêmico. Era

preciso se adaptar as contingências implantadas e, ao mesmo tempo, garantir as condições necessárias para a comunidade unebiana viver o período, diante de impactos de todas as ordens: sociais, econômicos, culturais, psicológicos e sanitários.

Com as atividades presenciais suspensas, o semestre 2020.1 foi adiado, logo, era necessário um novo Calendário Acadêmico para 2020 e com metodologias diferenciadas, para ensino, pesquisa e extensão. Com o passar dos tempos e a incerteza de voltar ao que era antes, o CONSU da Universidade, com representação das três categorias - docente, discente e servidores técnico- administrativos – se reúne para discutir caminhos e propor estratégias para garantir as condições materiais e objetivas para a realização de atividades acadêmicas.

Para a elaboração do Documento Referencial foram feitas escutas às Câmaras do CONSEPE, Conselhos Departamentais, Pró-Reitorias Acadêmicas, de Ações Afirmativas, de Assistência Estudantil e de instâncias de representação como Aduneb, Sintest e DCE, com isso, para aquele momento, eram princípios flexíveis, dada à instabilidade do contexto atual.

“As Diretrizes Gerais foram:

- Cumprimento dos protocolos de segurança a serem implementados nos Campi e prédios administrativos da Universidade, de acordo com as orientações da Comissão COVID-19 UNEB3 com a finalidade de acompanhar e orientar as condutas institucionais relativas à pandemia, no âmbito da UNEB e do Comitê de Biossegurança da Universidade;
- Regulamentação do trabalho remoto, em caráter temporário, e reorientação das rotinas dos serviços e procedimentos internos, observando condições de realização do trabalho, os recursos de tecnologia da informação disponíveis, responsabilidades e registros de planejamento de forma a respaldar documentalmente os servidores e garantir a segurança jurídica da Instituição nas atividades acadêmicas e administrativas, através de resolução própria;
- Com ação articulada da Administração Central com os Departamentos e representação de categorias, diagnóstico junto à comunidade acadêmica, quanto às condições de acessibilidade e conectividade e de trabalho de professores, estudantes e servidores, bem como também, a disponibilidade de tempo dos estudantes, a carga horária dos docentes e servidores técnico-administrativos, a saúde física e mental para trabalho remoto e educação online dos três segmentos;
- Discussão junto às categorias e entre as categorias da Universidade sobre as ações acadêmicas em tempos de pandemia, tendo em vista a possibilidade de repensar práticas, reformular conceitos e reconstruir cenários, considerando as pluralidades de formas, os arranjos possíveis e os principais desafios na UNEB;
- Conectividade (equipamento e conexão à Internet) para todos os docentes, estudantes e servidores técnico-administrativos, para realização de atividades acadêmicas não presenciais com uso das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC), através da ampliação das políticas de ações afirmativas e de assistência estudantil;
- Definição do Calendário Acadêmico para o ano de 2020, ouvido o CONSEPE;

- Registro de atividades de pesquisa, extensão e ensino de Pós-graduação *stricto sensu*, nos sistemas institucionais, realizadas no modo não presencial, durante a pandemia, para fins de validação futura pelos Colegiados – de Pós-graduação e de NUPEs;
- Garantia da permanência e do desenvolvimento de Programas e ações coordenadas pelas Pró-reitorias Acadêmicas, de Ações Afirmativas e de Assistência Estudantil de forma adaptada ao momento de suspensão de atividades presenciais;
- Institucionalização da formação pedagógica para docentes no que se refere a estratégias não presenciais de ensino e de avaliação da aprendizagem, incluindo a formação em exercício, como parte da carga horária do trabalho docente;
- Institucionalização da formação a estudantes e a servidores sobre as variadas tecnologias, a fim de favorecer o processo de ensino e de aprendizagem em condições de não presencialidade, incluindo a formação na carga horária do trabalho do servidor e como AACC/AC para o estudante;
- Observância aos indicadores da Extensão em suas dimensões: (1) Política de gestão; (2) Infraestrutura; (3) Relação Universidade – Sociedade; (4) Plano Acadêmico; (5) Produção Acadêmica, articulando o ensino e a pesquisa, perpassando a transversalidade das ações afirmativas e da assistência estudantil;
- Planejamento de Programas, projetos, cursos e prestação de serviços, atentos aos princípios da extensão universitária, voltados para a educação da população sobre a COVID-19, a fim de contribuir com os diferentes grupos e segmentos de maior vulnerabilidade (idosos, crianças, mulheres, comunidades indígenas e quilombola, jovens, população LGBTTT, público atendido pela economia popular e solidária);
- Articulação com as pesquisas desenvolvidas na Instituição e fora dela sobre o mapeamento e monitoramento do vírus na Bahia para de forma integrada, considerando a multicampia da UNEB, dentro das possibilidades institucionais de comunicação e tecnologias digitais disponíveis, atender às demandas emergenciais dos territórios de identidade e de sua população, com o desenvolvimento de tecnologias sociais, orientações e difusão de conhecimentos voltados à educação básica, à saúde e às demais áreas, reiterando o nosso compromisso social com o bem-estar das comunidades em geral;
- Manutenção da institucionalização das ações afirmativas no âmbito da UNEB, tais como: Processo de Validação do Sistema de Cotas; Programa AFIRMATIVA; Programa de Formação “Santo de Ksa”; Observatório das Ações Afirmativas; Série AFIRMATIVA e a Política de Inclusão e Acessibilidade;
- Promoção da acessibilidade digital, envolvendo tanto a conectividade como as Tecnologias Assistivas (TA) e a diversidade linguística (tradução em braille, versão braille para material impresso, audiodescrição), necessárias para autonomia pessoal e vida independente de estudantes, docentes e servidores técnico-administrativos com deficiência;
- Defesa da garantia da política de assistência aos estudantes em situação de vulnerabilidade social e econômica, visando a sua permanência institucional independente da modalidade de ensino adotada pela UNEB (presencial ou por mediação tecnológica), com especial atenção durante o período de pandemia do vírus COVID-19, a fim de evitar a evasão, ou mesmo a exclusão de estudantes do espaço universitário;
- Disponibilização de acolhimento psicológico, social e pedagógico, durante o contexto pandêmico, a fim de contribuir no bem-estar dos estudantes da UNEB, pela PRAES;
- Acompanhamento e orientação das Comissões das Casas dos Estudantes da UNEB, relativa à pandemia da COVID-19, considerando os aspectos de segurança à saúde e bem-estar destes, para elaboração de instrução normativa de acesso às Casas Estudantis;

- Identificação de discentes acima de 60 anos, assim como os enquadrados no grupo de risco, por possuírem doenças crônicas e comorbidades; estudantes gestantes e lactantes; estudantes com deficiência físicas, sensoriais e múltiplas, visando garantir a não exposição a condições insalubres de saúde, conforme preconizado pelos principais órgãos de saúde pública mundial e nacional;

As Diretrizes aqui apontadas deverão ser articuladas aos processos de gestão de pessoas e de regulamentação dos fluxos internos dos processos administrativos. Nesse sentido, caberá à gestão da Universidade, através das instâncias competentes (Pró-Reitorias, Assessorias e Secretarias e Departamentos), propor Resoluções específicas para organizar de forma estratégica as atividades acadêmicas, observando a proposta de etapas abaixo:

- Etapa 1: diagnóstico de conectividade, de condições de trabalho e de saúde física e mental da comunidade acadêmica para planejamento das atividades acadêmicas e da formação docente, discente e dos servidores técnico-administrativos:

- Oferta e integralização curricular de acordo com diagnóstico e, em diálogo com os segmentos universitários;
- O prazo de realização do diagnóstico será de 60 (sessenta) dias, com possibilidade de prorrogação.

- Etapa 2: Realização de atividades de ensino não presenciais (mediada ou não pelas TDIC), de acordo com o diagnóstico, garantida as condições tecnológicas e materiais necessárias para contemplar a inclusão dos discentes, docentes e técnico-administrativos, possibilitando o trabalho de qualidade, atentando para os seguintes aspectos:

- oferta de componentes curriculares;
- carga horária de aula e de trabalho, saúde física e mental de todos.
- Desenvolvimento de estratégias de atendimento à comunidade acadêmica através da mediação tecnológica, incluindo procedimentos de validação, matrícula, colação de grau, ajuste de matrícula, planejamento acadêmico, dentre outras;
- Realização de monitorias em caráter especial para o contexto da pandemia, priorizando critérios sociais e de acessibilidade pedagógica;
- Definição de critérios para avaliação de projetos de pesquisa que priorizem a aplicação de metodologias investigativas em que a coleta de dados e informações possam ocorrer de forma remota;
- Desenvolvimento de ações voltadas à curricularização da Extensão nos cursos de graduação a partir do disposto na Resolução CONSEPE 2018/2019;

Como exposto acima, a execução das etapas está condicionada à definição dos protocolos que atenderão aos princípios e às diretrizes, aqui apresentados, em consonância com as orientações das autoridades sanitárias e desta Comissão, com a finalidade de acompanhar e orientar as condutas institucionais relativas à pandemia da COVID-19, no âmbito da UNEB e do Comitê de Biossegurança desta Universidade.

(Documento Referencial das ações acadêmicas no estado de calamidade pública decorrente da pandemia de COVID-19, 2020).

O documento previa 60 dias para a realização do diagnóstico e para, em seguida, analisar as estratégias propostas para atendimento à comunidade

acadêmica através da mediação tecnológica. O fato é que, mesmo o documento incluindo procedimentos de validação, matrícula, colação de grau, ajuste de matrícula, planejamento acadêmico, dentre outras, os Trabalhos Conclusão de Curso ficaram sofridos.

A universidade representava um vínculo que os estudantes tinham e que não poderiam perder, por conta da rede de apoio de toda ordem que foi criada, aliado a isso temos a saúde mental deteriorada que impedia que os estudantes tivessem lucidez para concluir seus trabalhos. Excetuando as finalizações em cursos de saúde, necessário para suprir as demandas de profissionais dessa área, portanto, foram oficializadas o adiantamento das colações de grau, na área da humanidades foi bem diferente.

O que verificamos no nosso departamento, Departamento de Educação – Campus I, foi muita evasão e repetência no componente curricular que versa sobre o TCC, o que também não foi diferente do que aconteceu em outros campi da Universidade, desistência, abandono e reprovação foi uma constante.

A estratégia adotada pela Universidade do Estado da Bahia – UNEB, na intenção de minimizar os impactos provocados pela ausência de atividades acadêmicas presenciais, foi à implantação do Ensino Remoto Emergencial, no ano de 2021, ensino híbrido a partir de 2022 e o retorno do ensino presencial em 2023.

Ouvimos relatos de estudantes que se adaptaram ao Ensino Remoto Emergencial e outros enfrentaram dificuldades significativas, tanto em acompanhar o ritmo, quanto a absorver o conteúdo pelos meios digitais. Fato este que demonstraram os desafios dos docentes em desenvolver metodologias ativas e uma abordagem sensível às necessidades individuais de cada aluno, no intuito de reverter o crescimento do índice de reprovação relatado nesse estudo pesquisa.

Observando o número de matrícula no componente final (TCC), no curso de Pedagogia, nos três turnos, observamos:

Quadro 01 – Dados Gerais por semestre

Semestre	Matriculados	Reprovados	Percentual
2021.1	87	20	22,99%
2021.2	71	25	35,21%
2022.1	89	42	47,19%
2022.2	93	44	47,31%
2023.1	80	41	51,25%

Esse dado revela uma crescente no índice de reprovação ou abandono a medida que a pandemia avançou. Esses estudantes não podia perder o acolhimento promovido pela universidade, tanto do ponto de vista financeiro, proveniente de bolsas estudantis para as mais variadas situações, como o apoio psicológico, que a ação do DEDC I foi primordial com o atendimento desenvolvido pelo Projeto Dois Altos via Serviço de Psicologia. Ao observarmos os registros acadêmicos, verificamos que tivemos estudantes que chegaram a repetir o referido componente final 6 (seis) vezes, sem falar os que desistiram do curso.

O estudo conduzido por Silva et al. (2020) proporcionou uma análise abrangente sobre a adaptação dos alunos ao Ensino Remoto Emergencial (ERE) em um curso de Medicina. Eles observaram que os estudantes se mostraram receptivos às metodologias de ensino adotadas, que incluíam tanto atividades assíncronas quanto síncronas, destacando especialmente a utilização de vídeos gravados pelos professores. Esses resultados refletem a capacidade de adaptação dos alunos a novos formatos de aprendizagem, mesmo diante de um contexto desafiador como o da pandemia, demonstrando que, apesar das dificuldades, foi possível manter um certo nível de engajamento e satisfação com o ensino oferecido.

Por outro lado, o estudo realizado por Santos et al. (2023) trouxe à tona as dificuldades enfrentadas pelos alunos do curso de pedagogia em lidar com as exigências do Ensino Remoto Emergencial e o uso de tecnologias digitais. Eles observaram que muitos alunos tiveram dificuldades em lidar com as ferramentas tecnológicas e o volume de conteúdo a ser absorvido exclusivamente por meios digitais. Essas dificuldades podem ter impactado negativamente a experiência de aprendizagem dos alunos, ressaltando a importância de um suporte mais abrangente para garantir que todos os alunos possam se beneficiar plenamente do ensino remoto.

Caldeira (2021), em seu estudo sobre as percepções dos estudantes de pedagogia da UFRJ em relação ao ensino remoto, destacou a divisão de opiniões entre os alunos em relação à implementação desse novo modelo. Enquanto alguns alunos receberam positivamente o ensino remoto, outros enfrentaram desafios adicionais, evidenciando a necessidade de uma abordagem mais personalizada para atender às diferentes necessidades dos discentes. Essa diversidade de experiências destaca a importância de abordar as preocupações individuais dos alunos para garantir uma experiência de aprendizagem mais inclusiva e eficaz.

Severo et al. (2021) abordaram a importância da Didática como espaço para repensar as práticas de ensino e aprendizagem, especialmente em um contexto desafiador como o do ensino remoto. Eles destacaram a necessidade de os professores e alunos se envolverem em diálogos teóricos e experiências de mediação tecnológica para garantir uma educação de qualidade, mesmo à distância. Essa reflexão sobre o papel da Didática ressalta a importância de uma abordagem pedagógica centrada no aluno, que leve em consideração as necessidades individuais e o contexto específico de cada aluno.

Machado et al. (2022) enfatizaram a importância das estratégias metodológicas no ensino remoto durante a pandemia, destacando a eficácia das gravações de aulas, uso de ferramentas digitais e postagens de exercícios para promover a continuidade da aprendizagem dos alunos em um ambiente virtual. Esses resultados demonstram a importância de os professores adotarem abordagens pedagógicas inovadoras para garantir uma experiência de aprendizagem eficaz para os alunos, mesmo em um contexto desafiador como o do ensino remoto.

Gonçalves et al. (2021) exploraram as perspectivas e desafios dos docentes na regulação discente no ensino superior durante a pandemia. Eles destacaram a importância da adaptação e uso de metodologias ativas de ensino e aprendizagem para garantir uma experiência de ensino eficaz para os alunos. Essa reflexão sobre o papel dos docentes na promoção de uma educação de qualidade destaca a importância de abordagens pedagógicas centradas no aluno e sensíveis ao contexto específico de cada turma.

Tavolara et al. (2020) caracterizaram o perfil discente e os impactos na educação do ensino superior durante a pandemia. Eles destacaram as dificuldades enfrentadas pelos alunos, como a conexão lenta à internet e a dificuldade de

concentração no ambiente de estudos virtual. Esses desafios evidenciam a necessidade de um suporte mais abrangente para garantir que todos os alunos possam se beneficiar plenamente do ensino remoto, especialmente em um contexto desafiador como o atual.

Ximenes e Martins (2023) analisaram as dificuldades enfrentadas pelos licenciandos em Pedagogia durante a pandemia, destacando o aumento das desigualdades sociais e econômicas e a falta de equidade nas relações de gênero. Essas dificuldades podem ter impactado negativamente a experiência de aprendizagem dos alunos, ressaltando a importância de abordagens pedagógicas sensíveis às necessidades específicas de cada aluno.

Ramos et al. (2024) realizaram um estudo comparativo da literatura sobre vasão no ensino superior durante a pandemia, destacando a importância do engajamento dos alunos no primeiro ano de curso e estratégias institucionais para retenção dos discentes. Esses resultados ressaltam a importância de abordagens pedagógicas centradas no aluno e sensíveis ao contexto específico de cada turma.

Por fim, Martinez (2022) enfatizou a importância de considerar diferentes dimensões, como currículo, corpo docente, interação e infraestruturas tecnológicas, para compreender os níveis de satisfação dos alunos e melhorar sua experiência de aprendizagem em um contexto desafiador como o atual. Essa reflexão sobre os fatores que influenciam a satisfação dos alunos destaca a importância de abordagens pedagógicas centradas no aluno e sensíveis ao contexto específico de cada turma.

Apesar das diversas abordagens adotadas pelos estudos mencionados, todos convergem para a necessidade de uma reflexão profunda sobre os desafios enfrentados pelo ensino superior durante a pandemia. Os resultados obtidos por cada pesquisa destacam a importância de uma abordagem pedagógica sensível às necessidades dos alunos e adaptada ao contexto específico de cada turma.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Ensino Remoto Emergencial foi uma resposta rápida e necessária para garantir a continuidade das atividades acadêmicas diante das restrições impostas pela pandemia. No entanto, como evidenciado por diversos estudos, sua implementação trouxe consigo uma série de desafios, tanto para os alunos quanto para os professores. A adaptação a novos formatos de ensino e aprendizagem, a familiarização com ferramentas tecnológicas e o equilíbrio entre vida pessoal e acadêmica foram apenas algumas das questões enfrentadas pelos envolvidos nesse processo.

A diversidade de experiências relatadas pelos alunos destaca a importância de uma abordagem mais personalizada para atender às diferentes necessidades e realidades enfrentadas por cada estudante. Enquanto alguns alunos se adaptaram facilmente ao ensino remoto, outros enfrentaram dificuldades significativas em acompanhar o ritmo das aulas e absorver o conteúdo exclusivamente por meios digitais. Essas diferenças ressaltam a importância de um suporte mais abrangente para garantir que todos os alunos possam se beneficiar plenamente do ensino remoto.

Além disso, os estudos também destacam a importância do papel do docente na promoção de uma educação de qualidade durante a pandemia. Os professores foram desafiados a repensar suas práticas pedagógicas e adotar abordagens inovadoras para garantir uma experiência de aprendizagem eficaz para os alunos. A capacitação dos docentes, o desenvolvimento de metodologias ativas de ensino e aprendizagem e o suporte institucional foram aspectos-chave para o sucesso da transição para o ensino remoto.

Em resumo, os resultados e discussões apresentados pelos estudos destacam a importância de uma abordagem pedagógica sensível às necessidades dos alunos e adaptada ao contexto específico de cada turma para garantir uma educação de qualidade durante a pandemia. Embora os desafios sejam significativos, a capacidade de adaptação e inovação demonstrada pelos envolvidos nesse processo oferece esperança para o futuro do ensino superior em tempos de crise.

Este trabalho objetivou analisar os desafios enfrentados durante a implementação do ERE no DEDC I – UNEB e suas implicações na formação discente no ensino superior, buscando compreender como as instituições de ensino superior se adaptaram a essa nova realidade e identificar os principais obstáculos enfrentados por alunos e professores.

A análise revelou que a falta de infraestrutura tecnológica adequada foi um dos principais obstáculos enfrentados pelos alunos. Muitos estudantes não tinham acesso a dispositivos adequados ou a uma conexão de internet estável, o que dificultou significativamente o processo de aprendizagem. Essa desigualdade tecnológica destacou a necessidade urgente de políticas públicas que garantam a inclusão digital e o acesso equitativo à educação para todos os estudantes.

Além disso, a rápida transição para o ERE gerou uma sobrecarga de trabalho para os professores, que tiveram que se adaptar rapidamente a novas ferramentas e metodologias de ensino. A necessidade de preparar aulas virtuais, gravar vídeos, elaborar materiais didáticos digitais e atender às demandas individuais dos alunos aumentou significativamente a carga de trabalho docente, afetando sua saúde mental e bem-estar. Esses desafios evidenciam a importância de capacitação contínua e suporte institucional para os docentes, visando a melhoria das práticas pedagógicas e a redução da sobrecarga de trabalho.

A ausência de interação presencial também foi identificada como um fator que impactou negativamente o engajamento e a motivação dos alunos. A interação face a face é fundamental para o desenvolvimento de um ambiente de aprendizagem colaborativo e motivador. A falta desse contato direto levou a um aumento do sentimento de isolamento e dificuldades na manutenção do engajamento dos estudantes nas atividades acadêmicas. Portanto, é essencial desenvolver estratégias que promovam a interação e a colaboração mesmo em ambientes virtuais.

O estudo mostrou que, apesar dos desafios, o ERE também apresentou oportunidades para inovação na educação. A utilização de tecnologias digitais e metodologias de ensino híbrido pode ser uma alternativa eficaz para

complementar o ensino presencial, oferecendo flexibilidade e personalização na aprendizagem. A pandemia acelerou a adoção dessas tecnologias, e muitas das práticas implementadas durante esse período podem continuar a ser utilizadas no futuro para melhorar a qualidade da educação.

A relevância deste estudo reside em sua contribuição para a compreensão dos impactos do ensino remoto emergencial na formação discente. As lições aprendidas durante a pandemia são valiosas para enfrentar futuras crises e garantir a continuidade da educação em qualquer circunstância. Em conclusão, o ensino remoto emergencial durante a pandemia de COVID-19 evidenciou a necessidade de repensar as práticas pedagógicas e as políticas educacionais para garantir uma educação de qualidade, inclusiva e equitativa. As experiências e desafios enfrentados durante esse período oferecem valiosas lições para o futuro, e a implementação de tecnologias digitais e metodologias inovadoras pode contribuir para um sistema educacional mais resiliente e preparado para enfrentar crises futuras.

REFERÊNCIAS

AMADO, João. **Manual de investigação Qualitativa em Educação 3ª edição**. Imprensa da Universidade de Coimbra/Coimbra University Press, 2017.

BACICH, L.; NETO, A. T.; TREVISANI, F. M. **Ensino Híbrido: personalização e tecnologia na educação**. Porto Alegre: Penso, 2015.

BIANCHINI, D. **Sala de aula virtual: contribuição para a comunicação sincrônica em educação mediada por computador**. Campinas: Saraiva, 2013.

BRASIL. Lei n. 9394, 20 de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Conselho Nacional da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica**. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular: Educação é a base**. 2017.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais: apresentação dos temas transversais, ética/ Secretaria de Educação Fundamental**. Brasília: MEC/SEF, 2001.

CALDEIRA, Viviane. O ensino remoto no ensino superior: uma análise sobre a percepção de estudantes de pedagogia da UFRJ. **Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia)-Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021**.

CAMILLO, C. M. Blended Learning: uma proposta para o Ensino Híbrido. **Revista: EaD & Tecnologias Digitais na Educação**, v. 5, n. 7, Dourados, MS, 2017.

CHIAPINNI, L. **A reinvenção da catedral**. São Paulo: Cortez, 2015.

CHIAVENATO, Idalberto. **Comportamento organizacional: a dinâmica do sucesso das organizações**. Editora Manole, 2005.

COSTA, Sandra Regina Santana; DUQUEVIZ, Barbara Cristina; PEDROZA, Regina Lúcia Sucupira. Tecnologias Digitais como instrumentos mediadores da aprendizagem dos nativos digitais. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 19, p. 603-610, 2015.

DAL ROSSO, S. **Mais Trabalho! A intensidade do labor na sociedade contemporânea**. São Paulo: Boitempo, 2008.

DELORS, J. **Educação: um tesouro a descobrir**. 7 ed. São Paulo: Cortez, 2015.

DIESEL, Daniela; MATOS, João Filipe. Espaços educativos inovadores e o olhar dos professores para a ação docente. **Revista Educação e Cultura Contemporânea**, v. 16, n. 43, p. 375-395, 2019.

Documento Referencial das ações acadêmicas no estado de calamidade pública decorrente da pandemia de COVID-19. **Resolução nº 1.412/2020, CONSU**. UNEB, Salvador, 2020.

FIOCRUZ. **Saúde Mental e Atenção Psicossocial na Pandemia COVID-19**. Recomendações Gerais. 2020. Disponível em: <https://www.fiocruzbrasil.fiocruz.br/wp-content/uploads/2020/04/Sa%C3%BAde-Mental-e-Aten%C3%A7%C3%A3o-Psicossocial-na-Pandemia-Covid-19-recomenda%C3%A7%C3%B5es-gerais.pdf>. Acesso em: 04/06/2024.

GONÇALVES, Anderson Cavalcante; PEREIRA, Jordana Rodrigues; FERREIRA, Deller James. Perspectivas e desafios dos docentes na regulação discente no ensino superior durante a pandemia de COVID-19. **Revista Mediação (ISSN 1980-556X)**, v. 16, n. 1, p. 41-52, 2021.

HILLER, Marcos. **Branding: a arte de construir marcas**. Editora Trevisan, 2014.

KENSKI, Vani Moreira. **Tecnologias e ensino presencial e a distância**. Papirus Editora, 2013.

KENSKI. **Educação e tecnologias: o novo ritmo da informação**. 8. ed. Campinas (SP): Papirus, 2012. (Coleção Papirus Educação).

KUPFER, M. Cristina. **Freud e a Educação**. 3ª ed. São Paulo: Scipione, 1995.

LEOPOLDO, L.P. **Novas Tecnologias na Educação: Reflexões sobre a prática. Formação docente e novas tecnologias**. Maceió: Edufal, 2014.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M.E.D.A. **Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: Editora Pedagógica e Universitária, 1986.

MACHADO, Daniela Rodrigues et al. Percepção discente sobre as estratégias metodológicas utilizadas para o ensino de matemática no período da pandemia (COVID-19). **Caderno PAIC**, v. 23, n. 1, p. 585-602, 2022.

MARTINEZ, Luzia Izidoro Apezteguia. **Satisfação discente no ensino superior brasileiro com as práticas de ensino remoto de emergência no 1º ano da pandemia covid-19**. 2022. Tese de Doutorado.

MARX, Karl. **As Lutas de Classes na França**. São Paulo, Global, 2020.

MELO, Rúrion. Crítica da ideologia e emancipação: Marx, o direito e a democracia. In: **Manual de sociologia jurídica** [S.l.: s.n.], 2013.

MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade**. 23 ed., Petrópolis, RJ: Vozes, 2004. Acesso em: 8 jul. 2022.

MOREIRA, Antonio Flavio Barbosa. **Currículo: questões atuais**. Papyrus Editora, 2014.

PRETTO, N. Redes colaborativas, ética hacker e educação. **Educ. rev.** [online]. 2012, vol.26, n.3, pp.305-316. ISSN 0102-4698.

RAMOS, Hellen Costa; DA COSTA, Stella Regina Reis; DE AZEVEDO LEÃO, Diogo. Um estudo comparativo da literatura sobre evasão no ensino superior antes, durante e após a pandemia de COVID. **Revista Contemporânea**, v. 4, n. 4, p. e4095-e4095, 2024.

ROLANDO, Luiz Gustavo Ribeiro et al. O Conhecimento Tecnológico Pedagógico do Conteúdo no Contexto Lusófono: uma revisão sistemática da literatura. 2015.

ROSALES, G. C. M; MAGALINI, L. M. **Planejamento, execução e avaliação de projetos educacionais**. Caderno de Referência de Conteúdo. Batatais: Centro Universitário Claretiano, 2017.

SANCHO, J. M. **Os professores e os currículos**. São Paulo: Hirsori, 2012.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. São Paulo: Cortez, 2013.

SEVERO, José Leonardo Rolim de Lima; BRITO, Rayssa Maria Anselmo de; CARREIRO, Gabriela da Nóbrega. Estudos sobre Pedagogia Universitária e Didática do/no Ensino Superior: itinerários de uma experiência em tempos de pandemia. **Educação UFSM**, v. 46, 2021.

SANTOS VIEIRA, Emmily; RIBEIRO, Mayara Cristina Martins; DE SOUZA FRANÇA, Renata. O impacto do ensino remoto emergencial e da utilização de tecnologias digitais na formação discente sob o olhar dos alunos do curso de pedagogia de uma instituição de ensino superior. **Ensino e Tecnologia em Revista**, v. 6, n. 2, p. 1-17, 2023.

SILVA, Carlos Manuel Ribeiro da; FELÍCIO, Helena Maria dos Santos. Currículo e Formação de Professores: uma visão integrada da construção do conhecimento profissional. **Revista Diálogo Educacional**, v. 17, n. 51, p. 147- 166, 2017.

SILVA FOSSA, Rodolfo et al. Ensino Remoto Emergencial em um curso de Medicina: avaliação do trabalho docente na perspectiva discente. **Revista Docência do Ensino Superior**, v. 10, p. 1-21, 2020.

SILVA, Zenaide Gomes. Percepções de estudantes de uma escola pública sobre o uso das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação. 2022.

SOUZA, L. H. W. B.. **O Coordenador Pedagógico e o Professor: Formação Continuada e Reflexão Conjunta**. Dissertação de Mestrado, PUC, Campinas, 2012.

TAVOLARA, Gabriela; BONIN, Sara Massotti; PATRUCCO, Luis Gustavo. Caracterização do perfil discente e impactos na educação do ensino superior frente

ao período de pandemia do COVID-19: o caso do curso superior de tecnologia em Hotelaria da Faculdade Senac Porto Alegre. **Competência, Porto Alegre**, v. 13, n. 2, 2020.

VASCONCELLOS, C.S. **Coordenação do trabalho pedagógico**: do projeto político pedagógico ao cotidiano da sala de aula. São Paulo: Libertad, 2014

VEIGA, I. P. A. (Org.) **Projeto político-pedagógico da escola**: uma construção possível. 23. ed. Campinas: Papyrus, 2012.

XIMENES, Priscilla de Andrade Silva; MARTINS, Bruna Rodrigues Cardoso. A formação no curso de pedagogia em tempos pandêmicos: um olhar a partir das significações dos discentes. **Humanidades & Inovação**, v. 10, n. 6, p. 21-35, 2023.

ANEXO A - Documento Referencial das ações acadêmicas no estado de calamidade pública decorrente da pandemia de COVID-19

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA
CONSELHO UNIVERSITÁRIO SUPERIOR – CONSU
RESOLUÇÃO 1413/2020 DE 14/05/2020**

DOCUMENTO REFERENCIAL PARA AS AÇÕES ACADÊMICAS DA UNEB FRENTE AO ESTADO DE CALAMIDADE PÚBLICA CAUSADO PELA COVID-19

Este Documento Referencial, produzido pela Comissão Especial do Conselho Superior da Universidade do Estado da Bahia (CONSU/UNEB), constituída pela Resolução CONSU nº 1.412/2020, tem como objetivo orientar a Instituição sobre o desenvolvimento das atividades acadêmicas, em regime excepcional, enquanto autoridades nacionais, estaduais e municipais, no contexto de orientações internacionais da Organização Mundial de Saúde (OMS), considerarem o estado de Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional¹, para fins de prevenção e enfrentamento à COVID-19. Portanto, este Documento constrói princípios e diretrizes preliminares que serão aprofundadas, para a UNEB ainda durante a pandemia, mesmo após a flexibilização do isolamento social, com o fim do Decreto Estadual nº. 19.529, de 16 de março de 2020, em que define a suspensão das atividades presenciais na Educação Básica e Ensino Superior no Estado da Bahia.

1 Essa classificação foi definida pelo Regulamento Sanitário Internacional, publicado em 2005, como evento extraordinário por constituir um risco de saúde pública para outro Estado membro da Organização Mundial da Saúde, por meio da propagação internacional de doenças que, potencialmente, requererem uma resposta internacional coordenada. Fonte: CARMO, Eduardo Hage; PENNA, Gerson; OLIVEIRA, Wanderson Kleber de. Emergências de saúde pública: conceito, caracterização, preparação e resposta. In: **Revista Estudos Avançados**, vol. 22, n. 64, São Paulo, dez. 2008.

Na ausência de vacinas e tratamentos contra a COVID-19 que sejam seguros e eficazes, tem sido fundamental a adoção do isolamento social e da restrição de viagens, para minimizar a exposição da população ao novo coronavírus. Nesse cenário, as redes de educação formal, em seus diferentes níveis, estão com atividades presenciais suspensas e buscam estratégias institucionais para se adaptarem ao atípico período de pandemia.

Na UNEB, essa adaptação às contingências intenta: (a) garantir as condições necessárias e possíveis ao bem-estar da comunidade unebiana, diante dos impactos econômicos, culturais, psicológicos e sanitários com o amplo contágio da COVID-19, através de uma série de medidas publicadas pela Comissão, com a finalidade de acompanhar e orientar as condutas institucionais relativas à pandemia da COVID-19, no
Página 2

âmbito da UNEB; (b) assumir o compromisso social da universidade pública enquanto instituição de produção de saberes, engajada no enfrentamento às desigualdades e injustiças sociais, em que a sua contribuição científica e política deve estar a serviço ao combate à pandemia do novo coronavírus; (c) finalmente, ao que compete a esta Comissão, fomentar pesquisa diagnóstica para conhecimento das demandas da Universidade, possibilitar amplos debates e construir diretrizes para as ações acadêmicas, de ações afirmativas e de assistência estudantil para, diante da COVID-19 no cotidiano universitário, alicerçar seu planejamento, acompanhamento, regulação, avaliação e validação de atividades nas dimensões do ensino de graduação e de pós-graduação, da pesquisa e da extensão.

Desde 18 de março de 2020, a UNEB está com as atividades presenciais suspensas, o que repercutiu no Calendário Acadêmico de 2020: adiou o início do semestre de 2020.1, na graduação (cursos regulares presenciais e à distância e de programas especiais²) e, alterou o andamento das atividades nos Programas de Pós-graduação *stricto sensu*. Além disso, uma parcela das atividades de pesquisa e extensão se manteve em execução a partir do uso de diferentes mídias e tecnologias pelos docentes, técnicos e estudantes. Para tanto, após mais de três meses de isolamento social, o CONSU mobiliza a Universidade, em suas três categorias - docente, discente e servidores técnico- administrativos - para discutir caminhos institucionais e propor estratégias para garantir as condições materiais e objetivas para a realização de atividades acadêmicas no âmbito da graduação e Pós-graduação, Extensão e Pesquisa.

2 No dia 21 de maio de 2020, a Câmara de Ensino de Graduação do CONSEPE aprovou o início das atividades de ensino para os cursos da Universidade Aberta (UAB), Resolução nº 2027/2020 CONSEPE. A partir dos Documentos Institucionais que garantem a identificação dos processos acadêmicos e administrativos da UNEB (PDI, ProGest, Regimento Geral e Estatuto), esta Comissão define os princípios norteadores que atravessam o documento referencial, confirmando a posição inclusiva e popular da UNEB. São os seguintes:

1- Cuidado e preservação da vida dos membros da comunidade acadêmica e externa;

2- Isonomia de acesso à aprendizagem;

3- Conectividade irrestrita a todos estudantes e servidores, ou seja, a universidade deve possibilitar a infraestrutura de equipamentos tecnológicos e conexão à Internet;

4- Valorização da multicampia, considerando a diversidade territorial no processo decisório; Página 3

- 5- Autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial;
- 6- Indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa, Extensão, Ações Afirmativas e Assistência Estudantil;
- 7- Transparência com a publicização e disponibilização de informações e dados para toda a comunidade acadêmica.

Em convergência com as Resoluções do Conselho Estadual de Educação (CEE n.º 27, de 25 de março de 2020), dos Pareceres do Conselho Nacional de Educação (CNE/CP n.º 05/2020, de 28 de abril de 2020; e n.º 09/2020, de 08 de junho de 2020) e outras Resoluções e Portarias publicadas nesse período de pandemia, esse Documento Referencial considera que, após o anúncio do Governo do Estado da Bahia sobre a flexibilização do isolamento social, as previsões dos organismos de saúde nacionais e internacionais apontam para a continuidade da pandemia por todo o ano de 2020. Portanto, antecipamos a recomendação do não retorno das atividades presenciais até que a pandemia da COVID-19 tenha seu fim decretado pela OMS; bem como, propomos diretrizes que possibilitem criar condições legais para o planejamento criterioso das atividades acadêmicas, considerando o contexto adverso de pandemia, apesar do relativo distanciamento social.

Alinhado com as decisões das autoridades universitárias e estatais, este Documento Referencial atentando para os danos estruturais e sociais decorrentes desta pandemia e a partir da escuta às Câmaras do CONSEPE, Conselhos Departamentais, Pró-Reitorias Acadêmicas, de Ações Afirmativas, de Assistência Estudantil e de instâncias de representação como Adunab, Sintest e DCE, propõe, por ora, Diretrizes preliminares que, dada à instabilidade do contexto atual, poderão ser revistas sob o princípio da flexibilidade, para sua implantação. As Diretrizes Gerais são:

- Cumprimento dos protocolos de segurança a serem implementados nos Campi e prédios administrativos da Universidade, de acordo com as orientações da Comissão COVID-19 UNEB3 com a finalidade de acompanhar e orientar as condutas institucionais relativas à pandemia, no âmbito da UNEB e do Comitê de Biossegurança da Universidade;

3 Comissão com a finalidade de acompanhar e orientar as condutas institucionais relativas à pandemia da COVID-19, no âmbito da UNEB - instituída pela Portaria 133/2020; e regulamentada pelo Plano de Ação para o enfrentamento a pandemia COVID-19, no âmbito da UNEB - Resolução CONSU 1.406/2020. Página 4

- Regulamentação do trabalho remoto, em caráter temporário, e reorientação das rotinas dos serviços e procedimentos internos, observando condições de realização do trabalho, os recursos de tecnologia da informação disponíveis, responsabilidades e registros de planejamento de forma a respaldar documentalmente os servidores e garantir a segurança jurídica da Instituição nas atividades acadêmicas e administrativas, através de resolução própria;
- Com ação articulada da Administração Central com os Departamentos e representação de categorias, diagnóstico junto à comunidade acadêmica, quanto às condições de acessibilidade e conectividade e de trabalho de professores, estudantes e servidores, bem como também, a disponibilidade de tempo dos estudantes, a carga horária dos docentes e servidores técnico-administrativos, a saúde física e mental para trabalho remoto e educação online dos três segmentos;
- Discussão junto às categorias e entre as categorias da Universidade sobre as ações acadêmicas em tempos de pandemia, tendo em vista a possibilidade de repensar práticas, reformular conceitos e reconstruir cenários, considerando as pluralidades de formas, os arranjos possíveis e os principais desafios na UNEB;
- Conectividade (equipamento e conexão à Internet) para todos os docentes, estudantes e servidores técnico-administrativos, para realização de atividades acadêmicas não presenciais com uso das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC), através da ampliação das políticas de ações afirmativas e de assistência estudantil;
- Definição do Calendário Acadêmico para o ano de 2020, ouvido o CONSEPE;
- Registro de atividades de pesquisa, extensão e ensino de Pós-graduação *stricto sensu*, nos sistemas institucionais, realizadas no modo não presencial, durante a pandemia, para fins de validação futura pelos Colegiados – de Pós-graduação e de NUPes;
- Garantia da permanência e do desenvolvimento de Programas e ações coordenadas pelas Pró-reitorias Acadêmicas, de Ações Afirmativas e de Assistência Estudantil de forma adaptada ao momento de suspensão de atividades presenciais;
- Institucionalização da formação pedagógica para docentes no que se refere a estratégias não presenciais de ensino e de avaliação da aprendizagem, incluindo a formação em exercício, como parte da carga horária do trabalho docente;
- Institucionalização da formação a estudantes e a servidores sobre as variadas tecnologias, a fim de favorecer o processo de ensino e de aprendizagem em condições de

não presencialidade, incluindo a formação na carga horária do trabalho do servidor e como AACC/AC para o estudante;

- Observância aos indicadores da Extensão em suas dimensões: (1) Política de gestão; (2) Infraestrutura; (3) Relação Universidade – Sociedade; (4) Plano Acadêmico; (5) Produção Acadêmica, articulando o ensino e a pesquisa, perpassando a transversalidade das ações afirmativas e da assistência estudantil;

- Planejamento de Programas, projetos, cursos e prestação de serviços, atentos aos princípios da extensão universitária, voltados para a educação da população sobre a COVID-19, a fim de contribuir com os diferentes grupos e segmentos de maior vulnerabilidade (idosos, crianças, mulheres, comunidades indígenas e quilombola, jovens, população LGBTT, público atendido pela economia popular e solidária);

- Articulação com as pesquisas desenvolvidas na Instituição e fora dela sobre o mapeamento e monitoramento do vírus na Bahia para de forma integrada, considerando a multicampia da UNEB, dentro das possibilidades institucionais de comunicação e tecnologias digitais disponíveis, atender às demandas emergenciais dos territórios de identidade e de sua população, com o desenvolvimento de tecnologias sociais, orientações e difusão de conhecimentos voltados à educação básica, à saúde e às demais áreas, reiterando o nosso compromisso social com o bem-estar das comunidades em geral;

- Manutenção da institucionalização das ações afirmativas no âmbito da UNEB, tais como: Processo de Validação do Sistema de Cotas; Programa AFIRMATIVA; Programa de Formação “Santo de Ksa”; Observatório das Ações Afirmativas; Série AFIRMATIVA e a Política de Inclusão e Acessibilidade;

- Promoção da acessibilidade digital, envolvendo tanto a conectividade como as Tecnologias Assistivas (TA) e a diversidade linguística (tradução em braile, versão braile para material impresso, audiodescrição), necessárias para autonomia pessoal e vida independente de estudantes, docentes e servidores técnico-administrativos com deficiência;

- Defesa da garantia da política de assistência aos estudantes em situação de vulnerabilidade social e econômica, visando a sua permanência institucional independente da modalidade de ensino adotada pela UNEB (presencial ou por mediação tecnológica), com especial atenção durante o período de pandemia do vírus COVID-19, a fim de evitar a evasão, ou mesmo a exclusão de estudantes do espaço universitário; Página 6

- Disponibilização de acolhimento psicológico, social e pedagógico, durante o contexto pandêmico, a fim de contribuir no bem-estar dos estudantes da UNEB, pela PRAES;
 - Acompanhamento e orientação das Comissões das Casas dos Estudantes da UNEB, relativa à pandemia da COVID-19, considerando os aspectos de segurança à saúde e bem-estar destes, para elaboração de instrução normativa de acesso às Casas Estudantis;
 - Identificação de discentes acima de 60 anos, assim como os enquadrados no grupo de risco, por possuírem doenças crônicas e comorbidades; estudantes gestantes e lactantes; estudantes com deficiência físicas, sensoriais e múltiplas, visando garantir a não exposição a condições insalubres de saúde, conforme preconizado pelos principais órgãos de saúde pública mundial e nacional;
- As Diretrizes aqui apontadas deverão ser articuladas aos processos de gestão de pessoas e de regulamentação dos fluxos internos dos processos administrativos. Nesse sentido, caberá à gestão da Universidade, através das instâncias competentes (Pró-Reitorias, Assessorias e Secretarias e Departamentos), propor Resoluções específicas para organizar de forma estratégica as atividades acadêmicas, observando a proposta de etapas abaixo:
- Etapa 1: diagnóstico de conectividade, de condições de trabalho e de saúde física e mental da comunidade acadêmica para planejamento das atividades acadêmicas e da formação docente, discente e dos servidores técnico-administrativos:
 - Oferta e integralização curricular de acordo com diagnóstico e, em diálogo com os segmentos universitários;
 - O prazo de realização do diagnóstico será de 60 (sessenta) dias, com possibilidade de prorrogação.
 - Etapa 2: Realização de atividades de ensino não presenciais (mediada ou não pelas TDIC), de acordo com o diagnóstico, garantida as condições tecnológicas e materiais necessárias para contemplar a inclusão dos discentes, docentes e técnico-administrativos, possibilitando o trabalho de qualidade, atentando para os seguintes aspectos:
 - oferta de componentes curriculares;
 - carga horária de aula e de trabalho, saúde física e mental de todos. Página 7

- Desenvolvimento de estratégias de atendimento à comunidade acadêmica através da mediação tecnológica, incluindo procedimentos de validação, matrícula, colação de grau, ajuste de matrícula, planejamento acadêmico, dentre outras;
- Realização de monitorias em caráter especial para o contexto da pandemia, priorizando critérios sociais e de acessibilidade pedagógica;
- Definição de critérios para avaliação de projetos de pesquisa que priorizem a aplicação de metodologias investigativas em que a coleta de dados e informações possam ocorrer de forma remota;
- Desenvolvimento de ações voltadas à curricularização da Extensão nos cursos de graduação a partir do disposto na Resolução CONSEPE 2018/2019;

Como exposto acima, a execução das etapas está condicionada à definição dos protocolos que atenderão aos princípios e às diretrizes, aqui apresentados, em consonância com as orientações das autoridades sanitárias e desta Comissão, com a finalidade de acompanhar e orientar as condutas institucionais relativas à pandemia da COVID-19, no âmbito da UNEB e do Comitê de Biossegurança desta Universidade.

Salvador, 29 de junho de 2020.

Membros da Comissão Especial constituída pelo Conselho Universitário (CONSU), por meio da Resolução nº 1.412/2020, que tem como finalidade elaborar Documento Referencial das ações acadêmicas no estado de calamidade pública decorrente da pandemia de COVID-19.

ANEXO B - Resolução nº 1.412/2020, CONSU. UNEB**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA (UNEB)
CONSELHO UNIVERSITÁRIO (CONSU)****RESOLUÇÃO Nº 1.423/2020**

Publicada no DOE de 13.08.2020, p. 22

**Aprova os Documentos Referenciais
concernente às AÇÕES ACADÊMICAS e
GESTÃO DE PESSOAS E PROCEDIMENTOS
ADMINISTRATIVOS em função do estado de
calamidade pública decorrente da
Pandemia COVID-19, no âmbito da UNEB.**

O CONSELHO UNIVERSITÁRIO (CONSU) da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), no uso de suas competências legais e regimentais, tendo em vista o que consta dos Processos 074.7078.2020.0019295-12 e 074.7029.2020.0019629-14, em sessões extraordinárias por webconferência nos dias 29/30.07 e 04/05.08.2020,

RESOLVE:

Art. 1º. Aprovar os Documentos Referenciais concernente às AÇÕES ACADÊMICAS e GESTÃO DE PESSOAS E PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS em função do estado de calamidade pública decorrente da Pandemia COVID-19, no âmbito da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), conforme anexos I e II desta Resolução.

Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.
Sala das Sessões, 05 de agosto de 2020.

José Bites de Carvalho

Presidente do CONSU

ANEXO C - DECRETO Nº 19.528 DE 16 DE MARÇO DE 2020

DECRETO Nº 19.528 DE 16 DE MARÇO DE 2020
Institui, no âmbito do Poder Executivo Estadual, o trabalho remoto, na forma que indica, e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DA BAHIA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso V do art. 105 da Constituição Estadual, considerando que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação, na forma do art. 196 da Constituição Federal; considerando a classificação pela Organização Mundial da Saúde, no dia 11 de março de 2020, como pandemia do Novo Coronavírus; considerando que a situação demanda o emprego urgente de medidas de prevenção, controle e contenção de riscos, danos e agravos à saúde pública, a fim de evitar a disseminação da doença,

DECRETA

Art. 1º - Fica instituído, no âmbito do Poder Executivo Estadual, o trabalho remoto, conforme atribuições regimentais, enquanto perdurar o estado de emergência em saúde causado pelo coronavírus, para:

REVOGADO I - servidores que tenham 60 (sessenta) ou mais anos de idade;

Revogado pelo art.2 do Decreto nº 20.067 de 23 de outubro de 2020

II - servidores acometidos por doenças respiratórias em atividade e doenças crônicas que não estejam sob controle, desde que afetados órgãos-alvo que impliquem em aumento do risco, bem como servidores comprovadamente acometidos por, pelo menos, 01 (uma) das seguintes patologias ou condições clínicas:

- a) diabetes insulino dependente;
- b) insuficiência renal crônica;
- c) doença pulmonar obstrutiva crônica - DPOC, enfisema pulmonar, asma moderada ou grave, tuberculose ativa ou sequelas pulmonares decorrentes de tuberculose;
- d) doença cardíaca grave, insuficiência cardíaca e hipertensão arterial sistêmica severa;

Redação de acordo com o Decreto nº 20.073 de 27 de outubro de 2020.

Redação anterior de acordo com o Decreto nº 19.985 de 11 de setembro de 2020: "II - servidores acometidos por doenças respiratórias em atividade e doenças crônicas que não estejam sob controle, desde que afetados órgãos-alvo que impliquem em aumento do risco;"

Redação original: "II - servidores que tenham histórico de doenças respiratórias e doenças crônicas;"

III - servidoras grávidas;

IV - servidores que utilizam medicamentos imunossupressores, quando acometidos por patologia em atividade, que justifique o uso daqueles medicamentos.

Redação de acordo com o Decreto nº 19.985 de 11 de setembro de 2020.

Redação original: "IV - servidores que utilizam medicamentos imunossupressores."

§ 1º - As servidoras enquadradas no inciso III do caput deste artigo

deverão enviar à unidade administrativa de recursos humanos de sua lotação, por meio eletrônico, autodeclaração, no formato constante no Anexo Único deste Decreto, bem como os exames comprobatórios da gravidez.

Redação de acordo com o Decreto nº 19.985 de 11 de setembro de 2020.

Redação original: "§ 1º - Os servidores enquadrados nos incisos II, III e IV do caput deste artigo deverão enviar, por meio eletrônico, autodeclaração no formato constante no Anexo Único deste Decreto, bem como os documentos médicos comprobatórios do seu enquadramento no respectivo grupo de risco, à unidade administrativa de recursos humanos de sua lotação, que providenciará o encaminhamento à Secretaria da Administração - SAEB, para fins de registro."

§ 1º-A - Os documentos indicados no § 1º deste artigo serão direcionados pelas unidades de recursos humanos à SAEB para registro, sem prejuízo de que esta Secretaria os encaminhe posteriormente à Junta Médica Oficial do Estado para fins de validação, caso entenda necessário.

§ 1º-A acrescido pelo Decreto nº 19.985 de 11 de setembro de 2020.

§ 1º-B - Os servidores enquadrados nos incisos II e IV do caput deste artigo deverão enviar, por meio eletrônico, autodeclaração, no formato constante no Anexo Único deste Decreto, bem como os exames médicos recentes comprobatórios do seu enquadramento no respectivo grupo de risco, à unidade administrativa de recursos humanos de sua lotação, para que esta providencie o necessário encaminhamento à Junta Médica Oficial do Estado para homologação.

§ 1º-B acrescido pelo Decreto nº 19.985 de 11 de setembro de 2020.

§ 1º-C - Em qualquer das hipóteses previstas nos incisos II a IV do caput deste artigo, a Junta Médica Oficial do Estado poderá concluir pela necessidade de realização de perícia médica presencial, sem prejuízo do exercício de suas competências legais.

§ 1º C acrescido pelo Decreto nº 19 985 de 11 de setembro de 2020

§ 2º - A chefia imediata estabelecerá as atividades a serem exercidas no sistema de trabalho remoto, com a indicação dos prazos de execução e o acompanhamento das entregas.

§ 3º - O disposto neste artigo não se aplica aos servidores dos órgãos e das entidades que, por sua natureza ou em razão do interesse público, exijam atividade presencial, bem como aos servidores públicos da área de saúde.

Redação de acordo com o decreto 19.638 de 14 de abril de 2020.

Redação original: "§3º- O disposto neste artigo não se aplica aos órgãos ou às entidades que, por sua natureza ou em razão do interesse público, desenvolvam atividades de indispensável continuidade, bem como aos servidores públicos estaduais da área de saúde."

Art. 2º - Para os fins deste Decreto, considera-se trabalho remoto, o trabalho prestado remotamente por servidor público ocupante de cargo efetivo ou em comissão, com a utilização de recursos tecnológicos, fora das dependências físicas do órgão ou da entidade de sua lotação, e cuja atividade, não constituindo por sua natureza trabalho externo, possa ter seus resultados efetivamente mensuráveis, com efeitos jurídicos equiparados àqueles da atuação presencial, nos termos deste Decreto.

Art. 3º - Os casos omissos deverão ser decididos pelo Comitê Estadual de Emergência em Saúde Pública - COES Ba.

Art. 4º - A Secretaria da Administração editará as normas complementares ao cumprimento deste Decreto, na qual constará a documentação necessária a ser apresentada pelo servidor para fins de enquadramento nas hipóteses do art. 1º deste Decreto.

Redação de acordo com o Decreto nº 19.985 de 11 de setembro de 2020.

Redação original: "Art. 4º - A Secretaria da Administração editará as normas complementares necessárias ao cumprimento deste Decreto."

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA, em 16 de março de 2020.

Retificado no DOE de 19.03.2020

No § 1º do art. 1º do Decreto nº 19.528, de 16 de março de 2020, publicado no D.O.E. de 17.03.2020:

ONDE SE LÊ: ...Os servidores enquadrados nos incisos II, III e IV do § 1º deste artigo...

LEIA-SE:...Os servidores enquadrados nos incisos II, III e IV do caput deste artigo...

RUI COSTA

Governador

Bruno Dauster

Secretário da Casa Civil